

CONSELHO PEDAGÓGICO
DA ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL
ATA Nº 4 /2017

Aos treze dias de outubro do ano dois mil e dezassete, pelas catorze horas, reuniu, na Sala Polivalente do Centro de Recursos Educativos Coelho da Silva da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE), o Conselho Pedagógico (CP), em reunião ordinária, convocada nos termos regulamentares e presidida pelo seu Presidente, Professor Doutor João Reis, com a seguinte Ordem de Trabalhos (OT):

1. Primeiro semestre de 2017-2018 – análise do início das atividades letivas.
2. Futuro Regulamento Académico da ESHTE – discussão da Avaliação.
3. Comissões Especializadas do CP – atividades em desenvolvimento.
4. Outros assuntos.

Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho: **Paula** Cristina Torres **Ramalho** Figueiredo (PR), representante dos docentes do Curso de Direção e Gestão Hoteleira – Regime Diurno; **Raul** Eduardo Bobone Ressano **Garcia** (RG), representante dos docentes do Curso de Direção e Gestão Hoteleira – Pós-laboral; **Elsa** Maria da Conceição **Gavinho** (EG), representante dos docentes do Curso de Gestão do Lazer e Animação Turística – Regime Diurno; **João** António dos **Reis** (JR), representante dos docentes do Curso de Gestão do Lazer e Animação Turística – Regime Pós-laboral; **Augusto** de Jesus Guedea de Melo **Correia** (AC), representante dos docentes do Curso de Gestão Turística – Regime Diurno; **Rita** Rodrigues Cacito **Espada** (RE), representante dos docentes do Curso de Gestão Turística – Regime Pós-laboral; Maria **Cristina** de **Carvalho** Anjos (CC), representante dos docentes do Curso de Informação Turística – Regime Diurno; **Gilberto** Santo Cristo Soares da **Costa** (GC), representante dos docentes do Curso de Produção Alimentar em Restauração – Regime Diurno;



Maria **Teresa** de Araújo Pereira da **Silva** (TS), representante dos docentes do Curso de Produção Alimentar em Restauração – Regime Pós-laboral; **Maria** Bação **Pinto** Simões (MP), representante dos discentes do Curso de Direção e Gestão Hoteleira – Regime Diurno; **Afonso** Miguel Araújo Ribeiro de **Luís** Martins (AL), representante substituto dos discentes do Curso de Direção e Gestão Hoteleira – Regime Pós-Laboral; **Rita** Alexandra Sepúlveda Fortes **Martins** (RM), representante dos discentes do Curso de Gestão de Lazer e Animação Turística – Regime Diurno; **Gonçalo** Filipe da Costa Pinheiro **Nascimento** (GN), representante dos discentes do Curso de Gestão Turística – Regime Diurno; **Acílio** Maria Teixeira Bastos Voz e **Gala** (AG), representante dos discentes do Curso de Gestão Turística – Regime Pós-Laboral; **Pedro** Miguel dos Santos **Oliveira** (PO), representante substituto dos discentes do Curso de Informação Turística – Regime Diurno; **Catarina** Martins **Pereira** (CP); representante substituta dos discentes do Curso de Produção Alimentar em Restauração – Regime Diurno; **Tiago** Miguel Duarte **Santos** (TD); representante dos discentes do Curso de Produção Alimentar em Restauração – Pós-laboral.

Participou na reunião, por convite e sem direito a voto, a Provedora do Estudante, Professora Doutora Maria José Pires.

Todos os representantes dos discentes que não estiveram presentes na reunião justificaram ao presidente do órgão as respetivas ausências.

Secretariou a reunião Adélia Amaral.

A lista de presenças é parte integrante da presente ata, estando identificada como ANEXO I.

Tendo verificado a existência de *quórum* deliberativo, o Presidente do CP cumprimentou os participantes e agradeceu a presença de todos os Conselheiros e da Provedora do Estudante. Informou que as ausências dos representantes dos discentes foram devidamente justificadas. Como nenhum dos presentes manifestou interesse em acrescentar algum tópico à OT, deu-se início à discussão dos temas previstos.

Ponto 1: primeiro semestre de 2017-2018 - análise do início das atividades letivas.

Um dos problemas identificados por vários Conselheiros foi o desencontro entre docentes e discentes nas primeiras sessões letivas, quer por ausência de uns ou de outros. Este facto, ficou a dever-se a um início de ano letivo atípico, motivado pela não conclusão atempada das obras na cozinha, que implicaram a substituição de aulas práticas por teóricas no curso de Produção Alimentar em Restauração até à conclusão da intervenção a cargo da Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril (Turismo de Portugal), pelas recentes alterações legislativas com efeitos na contratação de docentes e pelas falhas de comunicação relativas às alterações dos horários, com alguns discentes e docentes a utilizarem diferentes versões dos mesmos. Depois de um pedido prévio de esclarecimentos ao Administrador, Dr. Vitor Andrade, o Presidente do CP informou que as obras já foram concluídas e o refeitório está a funcionar desde o dia dez de outubro. Quanto às alterações de horários, estas foram realizadas a pedido dos Diretores de Curso. No caso dos horários de Produção Alimentar em Restauração, foi necessário corrigir os horários devido a alterações das aulas práticas, tendo a Diretora de Curso ficado de avisar os docentes. Os novos horários foram substituídos no *site* da Escola e sempre estiveram disponíveis para docentes e estudantes nos Serviços Académicos *online*.

O Conselheiro RG esclareceu que alguns docentes não asseguraram as aulas na primeira semana por estarem a representar a Escola na iniciativa Poliemprende, realizada no Instituto Politécnico de Bragança, e que não foi possível avisar os novos estudantes. Mais acrescentou que é necessário esclarecer uma sobreposição de turmas na mesma sala, concretamente nos cursos de Direção e Gestão Hoteleira e de Produção Alimentar em Restauração, às sextas feiras, entre as dezoito e as vinte e uma horas. O Presidente assumiu que tentaria esclarecer junto dos Serviços Académicos esta sobreposição, a qual tem sido colmatada com o empenho de um dos docentes na procura de outra sala.

A Conselheira TS reconheceu que houve docentes de Produção Alimentar em Restauração que não asseguraram algumas aulas por não terem estudantes na sala. Noutros casos, e pese embora a Diretora de Curso tivesse tido o cuidado de reunir e esclarecer antecipadamente os docentes deste curso e também os que lecionam ao curso de Direção e Gestão Hoteleira, verificaram-se falhas de entendimento por parte de alguns docentes.



Neste sentido, GC argumentou que para se evitar que os estudantes faltassem às aulas por desconhecimento, os Diretores de Curso deveriam ter elucidado os estudantes sobre os horários e as unidades curriculares. TD confirmou que alguns docentes faltaram às aulas por falhas de comunicação.



No primeiro ano do curso de Gestão do Lazer e Animação Turística – Regime Pós-laboral verificou-se um problema com a unidade curricular de Seminário de Metodologia. Devido às matrículas, às praxes e a uma incongruência entre o horário da turma e o horário que foi dado a conhecer à docente pelo Diretor de Curso, as aulas só tiveram início na quarta semana.

O conselheiro PO referiu o problema da falta de espaços para estudo, situação que tem sido ultrapassada com a atribuição de salas da Escola de Hotelaria e Turismo, mas apenas em determinados períodos. Assim, recomenda-se à Presidência da ESHTe que diligencie para que mais espaços de apoio às atividades de estudo sejam considerados, inclusive com computadores, uma vez que AG alertou para a existência de poucos equipamentos no Centro de Recursos, face às necessidades dos estudantes, e a ausência em alguns computadores com processadores de texto para a realização dos trabalhos. AG expôs, igualmente, outras situações. Assim, referiu que solicitou previamente ao Presidente do CP a estatística das taxas de reprovação em exame dos trabalhadores estudantes. O Presidente informou todos os conselheiros que existe um compromisso da responsável dos Serviços Académicos em disponibilizar esta informação no final de outubro ou princípios de novembro. AG lembrou novamente a pertinência da realização destes exames em finais de outubro ou princípios de novembro, como anteriormente, em detrimento de julho como ocorreu este ano, porque a avaliação no final do semestre é muito cansativa para estes estudantes. Esta proposta de alteração foi corroborada pelos Conselheiros TD e RG. AG alertou para a necessidade de sensibilização dos docentes sobre a situação destes estudantes trabalhadores, uma vez que nem todos os alunos inscritos nos regimes pós-laboral estão desempregados. TD acrescentou que alguns docentes referem que os estudantes trabalhadores não usufruem de quaisquer privilégios, apesar da divulgação da legislação e das recomendações do CP. No seguimento, JR reiterou as orientações aprovadas no CP no dia vinte de abril deste ano e que constam da ata número dois de dois mil e dezassete: "Alerta-se para o facto da alínea c) do

n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 90/2001 e da alínea b) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 105/2009, que estipulam que as grávidas, as mães e os pais com filhos até três anos e os estudantes trabalhadores não podem ver o seu aproveitamento escolar depender da frequência de um número mínimo de aulas por unidade curricular. Como existem UC que obrigam os estudantes a assistirem a um número mínimo de aulas para serem avaliados de forma contínua, em conformidade com as suas características eminentemente práticas e de acordo com o Regulamento de Estudos da ESHTe, todos os docentes devem assegurar que a aplicação das regras estabelecidas neste Regulamento e nos Programas das UC, não violam a legislação mencionada anteriormente. No entanto, a interpretação desta legislação não deve assumir que os estudantes nela contemplados não necessitam de frequentar as aulas para obterem aproveitamento escolar, uma vez que é necessário o respetivo envolvimento nos momentos de avaliação, caso contrário ficarão excluídos da avaliação contínua". Assim, exortou os estudantes em causa para, se necessário, alertarem os docentes para estas orientações se, eventualmente, estiverem mal informados.

O Conselheiro AG renovou o alerta sobre a ausência de refeições na cantina para o Regime Pós-laboral. A disponibilidade de refeições no bar não é a melhor situação, mas JR esclareceu que a ESHTe não é responsável por este serviço. AG manifestou o desagrado por alguns docentes reprovarem estudantes que obtiveram classificações elevadas em todos os instrumentos de avaliação, exceto num deles em que obtiveram negativa. Trata-se de uma situação que remete para as metodologias de avaliação integradas nos diferentes programas das unidades curriculares. Os critérios de avaliação são propostos pelos responsáveis por cada unidade curricular e supervisionados pelos Coordenadores das Áreas Científicas, devendo todos os docentes divulgá-los aos discentes para evitar dúvidas na sua aplicação. AG reportou que a turma A do segundo ano de Espanhol do curso de Gestão de Empresas Turísticas considera que o docente utiliza um método inadequado inibindo os discentes de participar nas aulas. O Presidente ficou de solicitar explicações à respetiva Coordenadora da Área Científica. AG mencionou, também, que houve algumas queixas de estudantes do Regime Pós-laboral relativas ao horário de atendimento do Núcleo de Ação Social, provocando dificuldades na entrega de documentação. Este Conselheiro



prossegiu, solicitando a disponibilização de um WC para senhoras no edifício do alojamento, porquanto não é admissível que só esteja operacional o WC para homens, com utilização mista. Relativamente aos estudantes do primeiro ano do curso de Gestão Turística em Regime Pós-laboral, AG reportou dificuldades de espaço na unidade curricular de Tecnologias e Sistemas de Informação, com alguns estudantes a recorrer a computadores pessoais para colmatar a inexistência de PC para todos os estudantes presentes na sala. No entanto, nem todos os discentes têm disponibilidade financeira para adquirir computadores portáteis. JR considera que esta situação deve ser esclarecida com a Diretora de Curso, uma vez que os discentes não podem ficar prejudicados por eventuais dificuldades de espaço na sala.

A Conselheira CP considera ineficaz a informação disponibilizada pelos Serviços Académicos e pelo Gabinete de Comunicação e deu como exemplo as sucessivas alterações de horários a um sábado em que os alunos saíram da escola muito tarde. A este propósito JR lembrou as recomendações efetuadas anteriormente por este Órgão sobre a necessidade de divulgar convenientemente as modificações dos horários a todos os intervenientes, nomeadamente assumindo a data das alterações nos documentos. Relativamente às obras na cozinha, CP considera que os estudantes de Produção Alimentar em Restauração irão ficar prejudicados, no entanto TS argumentou que as aulas práticas em falta serão compensadas. CP também expôs a preocupação dos estudantes por terem realizado no semestre passado três testes no mesmo dia. A Provedora do Estudante esclareceu que esta situação não lhe foi reportada. Todos os membros presentes concordaram que os estudantes devem sensibilizar os docentes para evitar que situações destas aconteçam porque, assumidamente, prejudicam os estudantes. CP alertou, também, para a importância de as classificações obtidas serem divulgadas antes das avaliações por frequência. JR reconheceu que, por vezes, é difícil divulgar todas as classificações obtidas perante certos compromissos profissionais e condições excecionais, nomeadamente quando a entrega de trabalhos para avaliação é muito próxima da data da frequência. CP reportou uma situação anómala no terceiro ano do curso que representa, em que algumas aulas teóricas da unidade curricular de Cozinha que estavam planeadas para suprir o atraso

na conclusão das obras na cozinha, foram substituídas por conteúdos programáticos do próximo semestre e por pequenas tarefas de limpeza na cozinha. O Presidente, perante estes fatos, ficou de solicitar esclarecimentos ao Coordenador da Área Científica.

A Conselheira MP falou das dificuldades que os estudantes de Direção e Gestão Hoteleira têm tido na aquisição do fardamento, considerando que só uma empresa efetuou propostas de fornecimento, mas com preços muito elevados em comparação com o ano passado. Acrescentou que o docente de Técnicas de Produção e Serviço Hoteleiro II – bar exigiu a apresentação de farda no início das aulas e que os estudantes não estavam preparados para tal, devido a atrasos na entrega dos fardamentos. JR ficou de alertar o Diretor de Curso para esta situação, de modo a que os estudantes não sejam prejudicados por motivos alheios à sua vontade.

A Conselheira RM referiu que algumas unidades curriculares com componente prática costumam ser lecionadas longe da Escola e que são os estudantes que asseguram as respetivas deslocações a expensas próprias e, ainda assim, quando chegam atrasados os docentes não são flexíveis, não os deixando frequentar as atividades depois de estas já terem iniciado. CC sugeriu que a Escola deveria assegurar um colaborador que tratasse de todas as deslocações dos estudantes dos distintos cursos nas diversas atividades letivas e, se o orçamento o permitisse, até de transporte próprio. JR referiu que em tempos foi possível obter apoio da Câmara Municipal de Cascais na disponibilização de um autocarro para deslocar estudantes da Escola até Peniche, no âmbito de uma visita de estudo às Berlengas, enquadrada na unidade curricular de Recursos Naturais e Culturais. RM acrescentou que os estudantes no âmbito das atividades desportivas também têm que adquirir um fato de surf, o que implica mais um aumento da despesa no orçamento familiar.

O Conselheiro GN referiu que no terceiro ano do curso Gestão Turística a alteração da unidade curricular de Gestão da Qualidade do segundo para o primeiro semestre, prejudicou os estudantes em ERASMUS. A estes foi proposto que realizassem a unidade curricular no Regime Pós-laboral. Os estudantes concordam com esta troca, mas consideram que todos os

interessados deveriam ter sido informados. O Presidente ficou de solicitar esclarecimentos ao Coordenador da Área Científica sobre esta situação.

A Provedora do Estudante referiu a pertinência da elaboração atempada dos horários para o segundo semestre. A este propósito, TS explicou que existem impedimentos para se avançar já com este trabalho, devido a condicionalismos que se prendem com os rácios de despesa. A Provedora do Estudante assumiu, também, que o alargamento do horário de funcionamento da biblioteca já estava implementado, contudo, TD não concordou, afirmando que os estudantes do Regime Pós-laboral continuam a não ter acesso à mesma quando necessitam. A Provedora do Estudante informou que os estudantes irão ter em breve uma das salas do internato disponíveis para estudarem. JR referiu que, desde o passado dia dois de outubro, a biblioteca está a funcionar num horário alargado (até às vinte horas e trinta minutos durante a semana e até às treze horas ao sábado).

O Conselheiro RG pronunciou-se quanto à pertinência da Escola tirar partido da informação disponível nas bases de dados geridas pela Digitalis. Com efeito, considerou que a informação pertence à ESHTe e que se poderia extrair das bases de dados informações estatísticas relevantes para os processos de análise do funcionamento dos cursos e das unidades curriculares. AC mencionou a experiência da Universidade do Algarve no tratamento estatístico da informação disponível nas bases de dados, possibilitando a que cada docente aceda à estatística das respetivas unidades curriculares a partir do portal de lançamento das classificações.

O Conselheiro TD alertou para a necessidade de se assegurar outra sala para a unidade curricular de Fisiologia Alimentar do primeiro ano do curso de Produção Alimentar em Restauração, uma vez que estão cerca de setenta alunos inscritos e a sala é muito pequena. Mais acrescentou que existiram problemas no acesso ao *campus* por parte dos estudantes do Regime Pós-laboral, cuja entrada está acordada para se realizar a partir das dezassete horas e trinta minutos. No entanto, houve dias em que os seguranças apenas permitiram a entrada a partir das dezoito horas. O Presidente ficou de esclarecer este assunto. Relativamente ao reduzido espaço das salas de aula face aos estudantes que as frequentam, a conselheira TS referiu que cabe



Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

aos docentes solicitarem uma solução para estas situações junto dos Serviços Académicos.

O Presidente comunicou que se realizou, no início das aulas, uma reunião entre a Presidência da Escola e a Comissão de Praxes com o objetivo de se cumprirem as recomendações do CP sobre estas atividades de receção aos novos estudantes. Esta reunião teve os seguintes participantes: Presidente e Vice-Presidente da ESHTe, Administrador, Presidente do CP, Comissão de Praxes (discentes Ricardo Sousa e Sérgio Andrade) e a Associação de estudantes (presidente Rui Sousa). Depois de um longo debate sobre o fundamento das praxes e do planeamento destas práticas no presente ano letivo, foi possível acordar entre todos os presentes que as praxes se realizariam na segunda semana de aulas, mas sem prejudicar o período da manhã, exceto na quarta-feira vinte de setembro, devido a compromissos inalteráveis com outras entidades, de modo a permitir que os estudantes do primeiro ano não ficassem inibidos de frequentar as aulas. Acordou-se, igualmente, que este ano não haveria atividades que afetassem a dignidade dos estudantes, nem prejudicassem a imagem e a qualidade do ensino ministrado na Escola. A linguagem a utilizar não deveria desagradar a Comunidade Académica e as praxes deveriam assumir, conforme as recomendações do CP, atividades com componentes culturais, desportivas ou sociais, como forma mais enriquecedora de acolhimento e integração dos novos estudantes na ESHTe. Infelizmente, os discentes decidiram, unilateralmente, ignorar o acordo estabelecido e as praxes, mais uma vez, realizaram-se ao longo de toda a segunda semana de aulas, com prejuízo das aulas, e através de atividades anteriormente rejeitadas por este Órgão e pela Presidência da ESHTe. A Comissão de Praxes enviou à Presidência da ESHTe uma declaração em que reconhece que não cumpriu com o acordado. Esta declaração foi partilhada com o Presidente do CP, que respondeu nos seguintes termos: "Lamentavelmente, os estudantes responsáveis pelas praxes não souberam honrar os compromissos assumidos com os órgãos da Escola, prejudicando o funcionamento das atividades escolares nos termos acordados. Este posicionamento não contribuiu para um desejável ambiente de confiança entre os vários interlocutores. Lamento, igualmente, que as praxes tenham voltado a assumir, maioritariamente, práticas de punição com exercícios físicos de troça, em detrimento de componentes culturais,

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

desportivas ou sociais, como forma mais enriquecedora de acolhimento e integração dos novos estudantes na ESHTe". Posteriormente, o Presidente do CP questionou o Administrador sobre a resposta que a Presidência da Escola deu à Comissão de Praxes, tendo sido informado que os estudantes envolvidos nas praxes foram convocados para uma reunião com a Presidência da Escola, na qual admitiram os erros e apresentaram um pedido de desculpas por escrito.



Depois desta exposição, o Presidente do CP, atendendo aos factos relatados, às reclamações sobre as praxes que recebeu de alguns docentes e às recomendações aprovadas anteriormente pelo CP e que não se concretizaram, bem como ao reconhecimento da necessidade premente da integração dos novos estudantes, através de práticas mais consentâneas com o que acontece noutras instituições de ensino superior e, ainda, às opiniões preconizadas pelo titular da pasta do ensino superior sobre esta problemática, propôs a seguinte votação em plenário: as praxes na ESHTe como são atualmente realizadas devem terminar e ser substituídas por atividades de integração que assumam um carácter cultural, desportivo e social, cuja organização deverá ser responsabilidade da Presidência da Escola, com a colaboração de docentes e da Associação de Estudantes.

Votaram a favor desta recomendação os Conselheiros PR, RG, EG, JR, AC, RE, CC, GC, TS, MP, AL, PO, CP e TD. Os Conselheiros RM e GN votaram contra e o Conselheiro AG absteve-se.

Face ao tempo despendido com a discussão do primeiro ponto da OT, o Presidente sugeriu que esta fosse alterada, de modo a que se analisasse primeiro os trabalhos das Comissões Especializadas, que passaria a ser o ponto dois e, posteriormente, se efetuasse a análise sumária do futuro Regulamento Académico, que mudaria para o ponto três. Esta alteração da OT foi aprovada por unanimidade. Assim, a nova OT passou a ser seguinte:

1. Primeiro semestre de 2017-2018 – análise do início das atividades letivas.
2. Comissões Especializadas do CP – atividades em desenvolvimento.
3. Futuro Regulamento Académico da ESHTe – discussão da Avaliação.
4. Outros assuntos.

Ponto 2: Comissões Especializadas do CP – atividades em desenvolvimento.

A Comissão Especializada de Boas Práticas Ambientais – formada pelos Conselheiros Paula Ramalho, Mariana Castro (representante do curso de Direção e Gestão Hoteleira – Regime Pós-laboral), Pedro Oliveira (discente representante suplente do curso de Informação Turística), Acílio Gala, Julia Romanguera (discente representante do curso de Informação Turística), Maria Simões e Raul Ressano Garcia (presidente) – tem desenvolvido ações no sentido de dotar o *campus* de alguns exemplares de loureiros.

A Comissão Especializada de Responsabilidade Social e Ambiental e de Turismo Voluntário – composta pelos Conselheiros Rita Espada, Acílio Gala, Catarina Rosa (discente representante do curso de Produção Alimentar em Restauração – Regime Diurno), Mauro Bilro (discente representante do curso de Produção Alimentar em Restauração – Regime Pós-laboral), Tiago Santos e Elsa Gavinho (presidente) – já reuniu duas vezes, mas sem ser possível a presença dos discentes. Neste sentido, ficou o compromisso de se agendarem novas reuniões para se tentar implementar as estratégias delineadas.

A Comissão Especializada encarregue da organização do Colóquio sobre novas Metodologias de Ensino-Aprendizagem e Pedagogia Inclusiva no Ensino Superior, composta pelos Conselheiros Gonçalo Nascimento, Acílio Gala, Mariana Castro (representante do curso de Direção e Gestão Hoteleira – Regime Pós-laboral), Rafaela Silva (representante suplente do curso de Gestão do Lazer e Animação Turística – Regime Diurno), Mauro Bilro (discente representante do curso de Produção Alimentar em Restauração – Regime Pós-laboral), André Martins (representante suplente do curso de Direção e Gestão Hoteleira – Regime Diurno), Catarina Rosa (discente representante do curso de Produção Alimentar em Restauração – Regime Diurno), Tiago Santos, Paula Ramalho e Margarida Soares (docente representante suplente do curso de Informação Turística e presidente), esclareceu que o planeamento do evento já está realizado, ainda que apenas na perspetiva da Pedagogia Inclusiva no Ensino Superior, mas que optou-se por adiar a sua concretização para depois da publicação em Diário da República do Regulamento de Apoio aos Estudantes com Necessidades

Educativas Especiais da ESHTe e da entrada em funções da Psicóloga que colaborará com o Núcleo de Ação Social.

A Conselheira PR informou o plenário sobre alguns aspetos da organização deste Colóquio. A Provedora do Estudante sugeriu o envolvimento neste evento da Dr.ª Catarina Sampaio Ventura, Assessora do Provedor de Justiça, considerando a sua experiência no âmbito da problemática da inclusão, igualdade e tratamento diferenciado.

A Comissão Especializada de Operacionalização de Regulamentos Académicos – constituída pelos Conselheiros Augusto Correia, Mauro Bilro (discente representante do curso de Produção Alimentar em Restauração – Regime Pós-laboral), Tiago Santos, André Martins (representante suplente do curso de Direção e Gestão Hoteleira – Regime Diurno) e JR (presidente), tem desenvolvido a sua ação no futuro Regulamento Académico da ESHTe, cuja componente de avaliação será objeto de discussão nesta reunião e nas próximas.

Ponto 3: Futuro Regulamento Académico da ESHTe – discussão da Avaliação.

O Presidente do CP começou por informar os Conselheiros sobre os trabalhos desenvolvidos tendentes à substituição do atual Regulamento de Estudos da Escola. Referiu que se trata de um documento de trabalho que carece de discussão em plenário com o objetivo de o melhorar e consensualizar.

A Conselheira EG sugeriu que o documento também fosse partilhado com os Diretores de Curso, atendendo às especificidades da oferta formativa da Escola.

Face à complexidade do documento em análise e ao tempo disponível, os Conselheiros optaram por adiar este tópico para a próxima reunião do CP, que deve ser agendada para os próximos dias.

Ponto 4: Outros assuntos.

O Presidente do CP esclareceu os Conselheiros sobre algumas das recomendações solicitadas à Presidência da ESHTe em reuniões anteriores. Assim, o Regulamento de Apoio aos Estudantes com Necessidades Educativas Especiais (RAENEE) é, atualmente, um documento oficial da



ESHTE. No entanto, aguarda-se para os próximos dias a respetiva publicação em Diário da República.

A contratação da Psicóloga, que apoiará o Núcleo de Ação Social, no âmbito do RAENEE, está nesta fase condicionada por duas situações que urge ultrapassar, conforme resposta do Administrador, Dr. Vítor Andrade, que se transcreve: “O processo de contratação já está concluído, mas as recentes alterações legislativas, nomeadamente a Lei n.º 65/2017, de 9 de agosto – diploma que aprovou um conjunto de alterações às regras complementares do processo de transição dos docentes do ensino superior politécnico –, implicou uma alteração ao plafond da massa salarial da ESHTE do ano em curso, que se encontra limitado nos termos do n.º 1 do artigo 32º da Lei nº 42/2016, de 28/12/2016, que aprovou o Orçamento do Estado para 2017. Face a estas alterações legislativas e às suas implicações, a Presidência da ESHTE solicitou esclarecimentos ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Por outro lado, verifica-se, ainda, uma dificuldade adicional, que se prende com a inexistência de um espaço dedicado, em exclusividade, para a realização de consultas/accompanhamento. Este problema está a ser resolvido, em conjunto, com o Turismo de Portugal”.

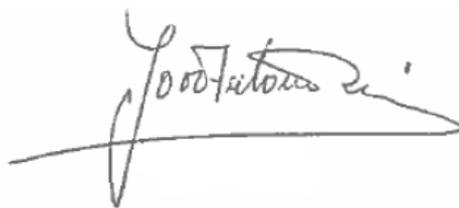
O Conselheiro GC considerou que o antigo gabinete médico que, atualmente, está a servir de refeitório para alguns funcionários da ESHTE, poderia ser transformado no gabinete de Psicologia. Avançou, também, com a hipótese do antigo gabinete do CESTUR, mas este passou a ser a Sala de Professores, conforme e-mail do Presidente da ESHTE recebido durante a reunião. Neste sentido, o CP enaltece a importância desta recomendação ter sido concretizada pela Presidência da Escola, dotando os docentes que não têm gabinete atribuído de melhores condições para exercerem as suas funções.

Relativamente ao *software* antiplágio, a Escola está a apreciar a proposta apresentada no âmbito do processo conjunto de aquisição com outras instituições de ensino superior politécnico.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CP deu por encerrada a reunião às dezoito horas, da qual é lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada por todos os membros presentes, irá ser assinada pelo Presidente e pela Secretária do órgão.



O Presidente do Conselho Pedagógico,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'João Reis', with a long horizontal stroke extending to the right.

(João Reis)

A Secretária do Conselho Pedagógico,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Adélia Amaral', with a cursive style.

(Adélia Amaral)